

João Pessoa, PB, 24 a 30 de setembro de 2012 - nº 39 - Ano XV

Fisco discute novas mobilizações em assembleia

Um ano depois da deflagração de greve histórica da categoria fiscal, que durou 44 dias de total mobilização pelo cumprimento da Lei do Subsídio, a categoria reúne-se em Assembleia Geral para avaliar o movimento e discutir novas estratégias de luta para a database do próximo ano.

A nova assembleia será realizada **nesta sexta-feira (5), na sede do Sindifisco-PB, às 18h.** Na ocasião, também serão dados informes sobre os Projetos de Lei de interesse da categoria, a exemplo da providência complementar estadual e do processo administrativo tributário.

Lei do Subsídio: Fenafisco na luta

A postura autoritária do Governo em relação aos servidores públicos na Paraíba, inclusive no que se refere à categoria fiscal, assume contornos nacionais. Há duas semanas, a Fenafisco também se habilitou na Ação Direta de Inconstitucionalidade na qual o Governo do Estado contesta a Lei do Subsídio da categoria na Paraíba.

Conforme o rito jurídico, através desse pedido, a Federação poderá atuar na defesa do mecanismo criado pela Lei do Subsídio em relação aos Fiscos Estaduais, que tem a intenção única e exclusiva de estabelecer uma política de incentivo ao aumento da arrecadação tributária. Consequentemente, o aumento da arrecadação gera mais receitas para o próprio Governo investir em setores essenciais como saúde, segurança pública e educação, por exemplo.

ALPB acata sugestões

O Projeto de Lei que trata do Processo Administrativo Tributário, assunto que trata da relação do contencioso tributário entre Fisco e contribuinte, recebeu parecer pela constitucionalidade da matéria em reunião da CCJ da ALPB, na terça-feira última (25).

A Casa Legislativa, diferentemente do autoritarismo assumido pelo Governador Ricardo Coutinho, ouviu e acatou as sugestões do Sindifisco-PB, através do Deputado Vituriano de Abreu, que foi designado relator da matéria. As sugestões contribuirão na elaboração das mais de trinta emendas que serão apresentadas ao PL na Comissão de Mérito da Assembleia Legislativa.

O projeto deverá ser apreciado daqui a duas semanas.

Privilégios indevidos

Ao conceder anistia tributária indevida através de Decreto que prorrogou prazo para adequação de aparelhos de emissão de cupom fiscal, no final do ano passado, o Governador Ricardo Coutinho cometeu, de forma dissimulada, corrupção passiva, conforme denunciou o Sindifisco-PB ao MPF este mês.

A anistia tributária só pode ser concedida por meio de legislação específica, conforme a Constituição Federal e, ao não enviar Projeto de Lei sobre o assunto para a Assembleia Legislativa, o Governador violou seu dever funcional para privilegiar terceiros, fato que, conforme denúncia do Sindifisco-PB, tipifica corrupção passiva.

Durante a operação nacional contra a corrupção, que além do Fisco contou com a participação do MPE e das Polícias Federal, Civil e Militar, foram atuados mais de quatrocentos estabelecimentos, que se beneficiaram da anulação das multas através do Decreto. Que Governo é esse que privilegia a quem descumpra a legislação em detrimento do cidadão que cumpre seus deveres?

Progressões paradas

Há mais de um mês, o Governo do Estado não publica nenhuma progressão funcional da categoria, mesmo havendo diversos processos repesados na Secretaria de Administração. Algumas dessas progressões já fizeram aniversário, outras estão prestes a completar um ano e, apesar de cumprirem os requisitos legais para publicação, o Governo do Estado trata o assunto com total descaso.

Mais uma vez, o Governo se mostra contrário ao cumprimento da Lei, desrespeitando o PCCR da categoria fiscal. A não publicação das progressões gera mais apreensão e revolta nos auditores. A afronta ao direito conquistado obrigou a diretoria do Sindifisco, esse ano, a ingressar com Mandados de Seguranças individuais, para fazer valer os direitos da categoria.

Afrafep reelege gestão

Na quinta-feira última (27), os associados à Afrafep contribuíram com o processo democrático de escolha da nova gestão e dos integrantes do Conselho Deliberativo e fiscal, referendando o presidente Alexandre José para mais um mandato.

Os representantes do Conselho Deliberativo eleitos foram José Marconi, Newton Arnaud Sobrinho, Carlos Alberto Moreira da Silva, João Rocha Araújo Sobrinho, Expedito Leite da Silva, Wagner Lira Pinheiro e Djalma Matias da Silva. Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os auditores José Pereira de Castro Filho, Josenilton Belmont de Brito e José Barbosa de Sousa Filho.

PCCR descumprido

O Sindifisco-PB está solidário à luta dos professores, que têm sofrido com a falta de negociação desse Governo autoritário, que não dialoga com as categorias do serviço público. Os professores protestam pelo cumprimento do piso nacional e contra MP convertida em Lei que prejudica o Plano de Cargos e Carreiras daquela categoria.